

ANGELO ANTONIO GRECO. *Imprensa, Imigração e dificuldades do trabalhador estrangeiro em Minas Gerais. (1888-1905).* (FFLCH-USP – pós-graduando – mestrando em História Social)

A imigração em Minas Gerais foi tema de amplos debates, na Câmara dos Deputados, nas Mensagens dos Presidentes do Estado e na Imprensa. Esta se configurou como um meio de expressão de idéias contra ou a favor tanto da Abolição quanto da entrada de imigrantes. A posição dos jornais variava de acordo com suas filiações políticas.

Para a historiadora Tânia Regina de Luca, até a década de 1970 poucos trabalhos se valiam dos jornais. Relutava-se em fazer uma história por meio da imprensa. Porém, com a terceira geração dos Annales, a renovação dos temas, problemáticas e procedimentos metodológicos da disciplina e, principalmente, com a renovação da história política, a imprensa surge como fonte inesgotável de pesquisa em termos políticos e culturais.¹

O posicionamento político dos jornais é fundamental para as pretensões do trabalho, pois a época estudada, além da riqueza econômica propiciada pelo café e da grande entrada de estrangeiros devido às políticas de imigração, é de conflitos gerados pela consolidação da República frente às tentativas de restauração monárquica. Os periódicos, quase sempre, direcionam-se contra ou a favor do regime republicano. No caso do jornal *Correio de Minas* seu proprietário era Estevam de Oliveira, grande defensor das idéias republicanas e fiscal do primeiro distrito de imigração no Estado, portanto, diretamente ligado à administração pública.

Maria de Lourdes Janotti apresenta a falta de estabilidade durante o início do período mostrando que:

*“O movimento monarquista, durante os inícios da República, tem sido ignorado pela historiografia, uma vez que esta lhe atribui pouca relevância.(...) Após a Proclamação da República, consagraram-se dois mitos sobre o acontecimento: o do consenso nacional e o da indiferença da população. (...) Todavia, os primeiros anos republicanos caracterizaram-se pelas várias decretações de estado de sítio, pelo arbítrio e violência na forma de resolver os desentendimentos da classe dominante e neutralizar as manifestações das contradições entre as diferentes classes sociais”.*²

¹ LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-115.

² JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 7-8.

As Mensagens Presidenciais do período republicano procuram sempre destacar a tranqüilidade e a ordem no Estado de Minas frente aos conflitos que se deflagravam. Dirigindo-se ao Congresso mineiro, Affonso Penna declarava:

*“Em Minas, a República foi recebida como início de uma era de paz e concórdia, de apaziguamento de paixões políticas, pelo desaparecimento dos antigos partidos, de maior isenção de espíritos por parte os poderes públicos para administrar justiça com imparcialidade e igualdade”.*³

Mas deixava claro uma certa preocupação com a instabilidade do país revelando que o Brasil atravessava uma época anormal, em que se sentiam abalos de uma profunda transformação política, operada pela revolução de 15 de novembro de 1889, e que o governo enfrentava dificuldades para encaminhar os diversos serviços políticos.⁴

No *Correio de Minas*, a defesa da República motivava sérias discussões por parte de seus redatores. Um deles, baseado nos episódios decorrentes da Revolta da Armada e da Revolução Federalista, aponta as disputas contra o governo e a questões territoriais envolvendo Uruguai e Argentina. Esta se aproveitou, segundo o redator, da Revolta da Armada para invadir o território das Missões no sul do país. Cita a proteção dos argentinos aos federalistas e fala numa possível guerra entre as duas nações, provocando: *“desta partida suprema, veremos quem será o vencedor. Como brasileiro, como republicano, não duvidamos (sic) um só instante da vitória do Brasil, da República”.*⁵

Os países vizinhos assim procediam, segundo o autor das linhas, não porque simpatizem com a causa dos revoltosos, mas com o intuito de fazer com que se prolongue a luta civil que ocorria no Brasil.

Na edição de véspera do quinto aniversário da República, um editorial exalta e comemora o regime, considerando a Armada como um ensinamento:

“A República tem triunfado sobre todos os seus adversários. (...) E a energia máscula do Marechal Floriano Peixoto, a sua têmpera de aço, a sua alma republicana inteiramente derrotada à consolidação da República, hão de virilizar os novos

³ Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Affonso Augusto Moreira Penna ao Congresso Mineiro em sua terceira sessão ordinária da Primeira Legislatura. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1893. p. 35

⁴ Ibid. p. 4

⁵ O Redator é Heitor Guimarães. *Correio de Minas*. Ano I – Juiz de Fora, Sexta-feira, 1 de Junho de 1894, nº 8.

*timoneiros chamados a contemplarem a primeira e perigosa travessia do governo civil, após um período de regime quase militar”.*⁶

Na Mensagem seguinte ao Congresso, Affonso Penna manifesta novamente a isenção de Minas frente a tudo o que acontecia no Brasil, desenvolvendo a idéia de que no Estado a República se fortalecia plenamente.

“Quando em outros Estados da República as paixões políticas, ladeadas de ambições desmarcadas, agitam sua vida pública, fazendo explosões violentas que se traduzem na luta armada, Minas entrega-se ao trabalho, à exploração regular dos elementos naturais de riqueza, de que é dotada, gozando de paz e tranqüilidade, pelo que devemos render graças ao Todo Poderoso. (...)

Felizmente os últimos sucessos que se desdobraram na baía do Rio de Janeiro e nos estados do Sul, nos pressagiam a paz por toda a parte e advento de uma nova era que permita ao povo brasileiro caminhar desassombrado para a conquista de seus grandes destinos pelo trabalho, pela ordem, pela liberdade.(...)

*A eleição de Presidente e Vice-presidente da República pelas urnas, realizada em 1º de março, é a consagração popular do regime estabelecido na Constituição de 24 de fevereiro.”*⁷

Diante deste contexto político, podemos entender o posicionamento de cada periódico sobre os temas em questão no Brasil. E a imigração era um dos objetos fundamentais de debates, numa tentativa de alavancar o progresso mineiro. Porém, algumas vezes a vida do trabalhador ficava à margem das polêmicas políticas e dos objetivos dos poderes de Estado e da Imprensa com a entrada do estrangeiro. Aqui trataremos um pouco de algumas situações difíceis enfrentadas pelo estrangeiro como o transporte precário e as epidemias.

Com relação ao transporte, é preciso entender a função do agenciador. Este era contratado para efetuar o deslocamento do imigrante de sua terra até o Brasil. Zuleika Alvim apresenta uma descrição desta função:

⁶ *Correio de Minas*. Ano I – Juiz de Fora, Quarta-feira, 14 de Novembro de 1894, nº 79.

⁷ *Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais dr. Affonso Augusto Moreira Penna ao Congresso mineiro em sua quarta sessão ordinária da primeira legislatura*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1894. p. 3-4.

*“A tarefa de agenciador não requer muita especialização, basta dizer aos camponeses que dentro de alguns meses terão dinheiro aos montes, que num par de anos serão proprietários de latifúndios, que de trabalhadores braçais tornar-se-ão patrões e persuadir meia dúzia dos mais importantes de que o apostolado está completo. (...) E assim, aos gritos de ‘Viva a América, morram os patrões’, levas de emigrantes deixarão a região dirigindo-se para o Brasil.”*⁸

Muitas vezes os contratos só previam as quantidades a serem transportadas, não especificando a função que os trabalhadores deveriam ter. Desta maneira, muitos imigrantes que vinham eram pessoas que não tinham experiência no trabalho rural, idosos, artistas, o que não agradava as autoridades, preocupadas em trazer braços para a lavoura.

A questão é apresentada no *Correio de Minas*. O temor de seu redator era de continuar o Estado a receber músicos, alfaiates e ferreiros, como agricultores, e os introdutores continuarem recebendo os importes das respectivas passagens sem que a lavoura veja resolvido o problema do trabalho. E, de acordo com o *Correio*: *“com os músicos virão também os anarquistas.”*⁹

O Governo de Minas firmou contrato com os srs. Jácomo N. de Vincenzi & Filhos para introdução dos imigrantes. Mas, pelas falhas encontradas, cogitou-se a sua rescisão. O fato que chamou mais atenção ao *Correio de Minas* para o rompimento foi a cláusula imposta ao governo da obrigação do pagamento segundo as listas de presença de bordo, pois:

*“... no afã de preencherem as lotações dos navios da companhia de que são agentes e por cujo único interesse naturalmente agem, não escrupulizam aqueles senhores em deitar mão a torto e a direito em todos quantos queiram emigrar para o Brasil, pouco lhes importando a profissão habitual do emigrante que entende dever abandonar a pátrios lares.”*¹⁰

Algumas famílias eram enganadas no porto de embarque pelos agenciadores. Muitos já estavam destinados a ir para São Paulo e ludibriadas, embarcavam para Minas. A esse respeito, o *Correio* apresenta a seguinte denúncia: *“ouvimos dizer que em uma das próximas levas vieram como imigrantes para o nosso Estado e, conseguintemente, à custa dos cofres mineiros, indivíduos chamados por um fazendeiro paulista que havia remetido 1300 francos para despesas desses mesmos imigrantes.”*¹¹

⁸ ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.) *História da Vida Privada no Brasil*; 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 231.

⁹ *Correio de Minas*. Ano I – Juiz de Fora, Sexta-feira, 21 de Dezembro de 1894, nº 93.

¹⁰ *Correio de Minas*. Ano I – Juiz de Fora, Quarta-feira, 9 de Janeiro de 1895, nº 99.

¹¹ *Correio de Minas*. Ano I – Juiz de Fora, Quarta-feira, 9 de janeiro de 1895, nº 99.

Completando a denúncia, o jornal juiz-forano conclui:

“Incumbe ainda ao ilustre sr. Secretário da Agricultura exigir dos introdutores de imigrantes que sejam um pouco mais humanitários para com os seus compatriotas e não promovam o transporte de velhos quase inválidos, de mulheres em adiantado estado de gravidez, muitas das quais dão à luz a bordo ou logo depois de chegarem à hospedaria, o que contribui, sem duvida, para a mortalidade das crianças após a instalação nelas ou mesmo mais tarde, por não ser nem sempre possível observar-se em relação às parturientes e aos recém-nascidos uma dieta conveniente.(...)”

Acresce também que a alimentação fornecida a bordo às criancinhas, parece ser muito insuficiente, pois, não raro, chegam as crianças em estado de completa inanição, como o tem verificado o médico da hospedaria.

*Convençam-se os imigrantes de que são seus próprios patrícios incumbidos de transportá-los para o Brasil, os seus maiores inimigos. Exploram sua miséria e desventura para sobre suas desgraças fundarem grandes fortunas”.*¹²

Portanto, os trabalhadores, saindo de suas terras numa condição de miséria, foram alvo de disputas políticas, da esperteza de agenciadores, do completo desmazelo no traslado para o Brasil e da exploração capitalista dos fazendeiros.

Outro problema grave enfrentado pelos trabalhadores foi a epidemia de cólera que se espalhou pela Zona da Mata. Tanto que na Mensagem de 1895, Bias Fortes declara:

*“Até fins do ano passado, a salubridade pública foi boa em todo o Estado. Entretanto, nos últimos dias do ano, apareceu na zona do estado limítrofe com a do Rio de Janeiro, a epidemia do cólera, que estendeu-se a alguns municípios da mata e a alguns do Sul do Estado. Providências enérgicas foram tomadas pelo Governo do Estado e pelos poderes públicos locais a fim de debelar-se tão terrível flagelo. Graças a essas medidas, pode-se afirmar o desaparecimento do mal em alguns dos pontos infeccionados e seu declínio em outros.”*¹³

A data coincide com os relatos do *Correio* a respeito de uma leva de imigrantes que chegou durante a epidemia. Sobre este assunto, uma grande polêmica se formou entre o

¹² *Correio de Minas*. Ano I – Juiz de Fora, Quarta-feira, 9 de janeiro de 1895, nº 99.

¹³ *Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua Primeira Sessão Ordinária da Segunda Legislatura*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1895. p. 9-10.

periódico e *O Pharol*, jornal que segundo um historiador local possuía tendência monarquista na época.¹⁴

Um vapor saiu de Gênova antes do dia 26 de novembro de 1894, quando o Secretário da Agricultura suspendeu a vinda de estrangeiros devido à epidemia. Chegando à Ilha das Flores, no Rio, o Inspetor Geral de Terras da União ordenou o transporte deles para Minas.

O fiscal de imigração, conforme relatado em seu veículo impresso, procurou obstar que chegasse a Juiz de Fora o grupo de imigrantes, requisitando por telegrama o regresso do trem ao Rio. O pedido foi inútil devido a uma interrupção do telégrafo no Estado. O pedido do fiscal foi recebido em Ouro Preto somente vinte e cinco horas depois e, assim sendo, os imigrantes chegaram à hospedaria.

Cogitava Estevam de Oliveira em distribuir os imigrantes pelas diversas hospedarias municipais existentes, todas subvencionadas pelo governo do Estado. Uma delas não pode recebê-los por dificuldade de colocação; outra havia-se fechado; e a última, a de Cataguases, que se prontificara a receber até 500, não foi possível a remessa por falta de transporte oportuno pela Estrada de Ferro Leopoldina. O fiscal, auxiliado pelos srs. F. Emílio e U. Moriconi, administrador e intérprete da hospedaria, respectivamente, conseguiu a colocação de quase 1800 trabalhadores, quando se manifestaram alguns casos de diarreia no alojamento dos imigrantes. Coincidiu este fato com o embarque da última leva para o Estado.¹⁵

Com isso, houve um movimento de dispersão dos estrangeiros pelas imediações do local, recusando-se estes a seguirem para lá. Daí o motivo da crítica do jornal *O Pharol*.

Estevam se defende dizendo que tomou com urgência as providências necessárias que o caso requeria reunindo-se com o presidente da câmara, o diretor de higiene municipal e o médico da hospedaria, chamando também a autoridade policial que presidia o caso. O redator-chefe do *Correio* aproveita para atacar com ironia o rival:

“Comparem os leitores a verdade dos fatos, fielmente aqui narrados com as tiradas patrióticas do Pharol, que dormia então o sono do justo em busca de forças para um artigo substancial.(...)”

Ao governo um conselho: entregue ao Pharol a direção do serviço e tudo se fará humanamente.”¹⁶

¹⁴ “Em junho de 1891, (*O Pharol*) foi adquirido por uma sociedade anônima, organizada por Alfredo Ferreira Lage, o fundador do Museu Mariano Procópio, que lhe deu orientação monarquista. E sob a direção de Diogo Pimenta de Vasconcelos e Bernardo José de Paula Aroeira, entrou a defender abertamente, a partir de 1895, a restauração da monarquia”. Cf. OLIVEIRA, Almir de. *A Imprensa em Juiz de Fora*. Arquivo Público Mineiro, 1981. p. 17-18.

¹⁵ *Correio de Minas*. Ano I – Juiz de Fora, Quarta-feira, 9 de janeiro de 1895, nº 99.

¹⁶ *Correio de Minas*. Ano I – Juiz de Fora, Quarta-feira, 9 de janeiro de 1895, nº 99.

O caso gerou repercussão nos dias seguintes. Tanto que o *Minas Gerais* (órgão oficial do Governo mineiro) formulou defesa ao fiscal Estevam de Oliveira e este a publicou em seu jornal. Conforme o Diário Oficial do Estado, a hospedaria foi construída com a capacidade suficiente para conter 2.000 pessoas, e se houve, desusado acúmulo de gente naquele edifício, foi devido à relutância das câmaras municipais e dos fazendeiros em receberem os imigrantes que haviam pedido, pelo receio de que fossem estes portadores da epidemia reinante no vale do Paraíba.¹⁷

O *Correio de Minas* também é mencionado pelo jornal italiano *O Imigrante*, publicado em São Paulo, com acusações acerca das condições da hospedaria de imigrantes e do trabalho do fiscal Estevam de Oliveira.

O Imigrante descreve uma situação de absoluto caos a respeito do serviço de introdução de trabalhadores estrangeiros em Juiz de Fora. Diz que a Hospedaria Horta Barbosa achava-se em completa anarquia, entregue a dois profanos em matéria e que os fazendeiros contratavam colonos pelo medo do cólera.

Os poucos que levavam trabalhadores, segundo *O Imigrante*, aproveitavam-se deles para a limpeza dos cafezais e plantações de milho e feijão; logo que tudo isto ficava pronto, “*principiam seviciar aqueles desgraçados para obrigá-los a fugir das fazendas sem lembrar-se do dinheiro ganho com o suor da sua frente...*”¹⁸

Questionam os italianos sobre qual garantia os colonos possuíam contra os excessos desses patrões. Declaravam que, com tal andamento, não se satisfaziam de modo algum as necessidades e conveniências da colonização:

“*Os lavradores mineiros têm de refletir que não podem fazer-se impunemente exploradores da ingenuidade e inexperiência dos colonos e que findou o tempo dos prazeres que lhes proporcionava a escravidão; serão dispostos a esta compreensão de seus deveres?*”¹⁹

Mostra ainda o mesmo jornal que na hospedaria da cidade aglomeravam-se muitos milhares de imigrantes que, mal punham pé em terra, caíam flagelados pelo *cólera morbus* que grassava pelas circunvizinhanças.

¹⁷ *Correio de Minas*. Ano I – Juiz de Fora, Segunda-feira, 14 de janeiro de 1895, nº101.

¹⁸ *O Imigrante*. apud. *Correio de Minas*. Ano I – Juiz de Fora, Quarta-feira, 16 de janeiro de 1895, nº102.

¹⁹ *O Imigrante*. apud. *Correio de Minas*. Ano I – Juiz de Fora, Quarta-feira, 16 de janeiro de 1895, nº102.

Vimos, portanto, um pouco do que os trabalhadores estrangeiros enfrentavam no seu trajeto até este país e quando nele chegava. Através de uma imprensa quase panfletária, dedicada a lutas políticas, defesa ou ataque ao governo estabelecido, podemos perceber as dificuldades do imigrante.